

A produção de prédios públicos pelo Ipesp 1957 - 1963: um breve balanço da consulta ao acervo da Comissão de Gestão de Imóveis do Ipesp

André Augusto de Almeida ALVES*, Maria Lucia Caira GITAHY^a

*Doutor (FAUUSP, 2008), Professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5.790, Bl. C67, 87020-900, Maringá, Pr
almeida.alves@gmail.com

^a Doutora (University of Colorado, 1991) Professora Associada da FAUUSP

Resumo

Os prédios públicos construídos pelo Ipesp na virada da década de 1960 constituem um episódio importante da história da arquitetura moderna paulista. Entretanto, ele vem sendo cada vez mais divulgado e conhecido a partir da experiência e dos prédios projetados por Vilanova Artigas e um grupo de arquitetos em torno dele reunidos. Esta abordagem, que se encaixa no âmbito do projeto hegemônico da arquitetura moderna brasileira e sua historiografia, acaba por contradizer as fontes documentais utilizadas pelos pesquisadores que a concebem, gerando mesmo distorções no campo documental. É neste quadro que o trabalho apresenta resultados preliminares da consulta e sistematização de dados colhidos em 1379 processos contidos no acervo da Comissão de Gestão de Imóveis do Ipesp - Instituto de Previdência de São Paulo - relativos a prédios construídos ou não pelo Instituto entre 1957 e 1963. A base documental é descrita, assim como os procedimentos de levantamento e sistematização de dados, no que se refere a definição possível de uma listagem de processos e registros relativos a prédios individualizados e no que se refere a tabulação de dados contidos nos processos. A Análise dos dados revela a ampla atuação do Ipesp anterior aos famosos projetos de 1959, construindo prédios com projetos padronizados elaborados pelos profissionais da DOP - Diretoria de Obras Públicas, em uma experiência em que a modernidade se expressa tanto pela construção em massa de prédios públicos através do Território paulista, quanto pelos projetos modernos de arquitetos da iniciativa privada. A atividade do Ipesp não é intensificada a partir de 1959, mas mantém um ritmo estabelecido desde 1957 quando inicia sua atividade construtora. Os tipos de prédios construídos (escolas, fóruns, diretorias agrícolas), entretanto, mudam conforme as diferentes políticas governamentais de Jânio Quadros (1955 - 1959) e Carvalho Pinto (1959 - 1963).

Palavras-Chave: Arquitetura moderna, São Paulo, Comissão de Gestão de Imóveis Ipesp.

Abstract

The public buildings constructed by IPESP in the turning of the 1960s are an important episode in the history of Paulista modern architecture. However, it has been increasingly diffused by the point of view of the design practice and writings of the important Paulista architect João Batista Vilanova Artigas and a group of architects gathered around him. This approach, which fits within the hegemonic project of Brazilian modern architecture and its historiography, ultimately contradict the documentary sources used by researchers who conceive it, even generating distortions in the documental field. Within this framework, the paper presents preliminary results of the survey and data ordering activities concerning 1379 administrative processes of the Real Estate Management Committee of the IPESP - Institute of Welfare of Sao Paulo State - related to buildings promoted by the Institute between 1957 and 1963 . The documental basis is described, as well as the procedures performed to gather and order the data, regarding the definition of a list of processes and records relating to individual buildings as well as the annotation of the data contained in the files. Analysis of the data highlights the vast work performed by Ipesp, previous to the famous modern designs by private architects of 1959, constructing buildings with standardized designs developed by professional DOP - Board of Public Works of the Department of Transportation and Public Works of São Paulo State - , in an experiment in which modernity is expressed both by the mass construction of public buildings throughout the São Paulo State hinterland, and by the modern designs of private architects. Ipesp activity is not intensified from 1959 as stated by many authors, instead it works as hard as from 1957, when it began the building activity. The buildings types (schools, forums, agricultural boards), however, are different according to the governmental policies of Jânio Quadros (1955 - 1959) and Carvalho Pinto (1959 - 1963).

Key-words: Modern Architecture, São Paulo State, Brazil, Comissão de Gestão de Imóveis Ipesp.

Introdução

A produção de prédios públicos de feição moderna pelo Ipesp - Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - entre fins da década de 1950 e início da de 1960 tornou-se um episódio conhecido da história da arquitetura moderna paulista a partir dos famosos prédios escolares projetados por Vilanova Artigas - Ginásios de Itanhaém (1959), Guarulhos (1960) e Utinga (1962) - e da pioneira reconstrução da trajetória da arquitetura escolar pública paulista efetuada por este arquiteto no ensaio "Sobre escolas" (1970). A descrição de uma série de iniciativas, organismos e comissões governamentais dedicadas à construção escolar, da qual a produção do Ipesp constitui o derradeiro capítulo, que não deixa de revelar certo entusiasmo por algumas - produção pioneira republicana e pós-Revolução de 1930, além do próprio Ipesp - e um tom lacônico sobre outras - Convênio Escolar -, marca os trabalhos historiográficos posteriores sobre o tema, desembocando no "caráter modelar" da produção artiguiana. Em consonância com o projeto hegemônico da arquitetura moderna brasileira - *grosso modo*, aquele baseado nos escritos teóricos de Lúcio Costa e na opção por Le Corbusier, em que ocupa posição central o papel do Estado na modernização da nação tão bem representada na produção de Niemeyer no MESP, Pampulha e Brasília, e à qual aproxima-se o próprio Artigas - revela-se sintomático uma peculiar relação entre o discurso de pesquisadores e a documentação por eles mesmos levantada, que não deixa de incluir contradições. Ultrapassando os limites da apropriação do objeto de estudo, a questão das fontes primárias mescla-se assim ao próprio campo do debate historiográfico, justificando o foco a ela dado nos projetos de pesquisa sucessivos, de que resulta o presente trabalho. Nele, apresenta-se resultados até aqui alcançados em projeto de pesquisa que focaliza 1379 processos abertos pelo Ipesp referentes a prédios públicos a serem construídos pelo instituto, que fazem parte do acervo da Comissão de Gestão de Imóveis do Ipesp.

1. A base documental

O acervo da CGI/ Ipesp é composto praticamente em sua totalidade por processos dedicados à construção de prédios públicos pelo Ipesp. Dos 1379 processos levantados, apenas 28 não correspondiam a um padrão bem estabelecido, tendo em comum o fato de serem posteriores a 1962, ano em se encerra a intensa atividade do Ipesp na promoção de prédios públicos estaduais. Destes, um processo datado de 1964 refere-se a reparos em escola de iniciação agrícola; 2 processos datados de 1965 e 1969 referem-se a reversão de doação; 2 processos datados de 1968 e 1974 referem-se a venda de imóveis do Ipesp ao Estado; 6 processos abertos para construção de prédios (sendo 4 datados de 1963, um de 1966 e um de 1967); 11 processos de 1965 a 1984 levantados em listagem encontrada no Ipesp, mas não localizados no acervo; um processo de 1993, intitulado "avaliação da situação Ipesp" porém sem documentação significativa e, finalmente, 4 processos datados de 2004 e 2005 que, entretanto, em realidade tratam-se de processos

da época renumerados. Assim como estes, há ainda outros 18 processos renumerados majoritariamente entre 2004 e 2005, com 4 exemplares de 1962, 1974, 1976 e 2008, mas que contém lado a lado os novos e velhos números de processo e datas, não havendo diferenças no que tange à documentação neles contida.

Os casos de processos que tratam da venda de imóveis ao Estado ou de reversões de doações de terrenos - medida prevista nos casos em que o prédio, por razões diversas, acabava por não ser erigido - não são certamente os únicos, sendo sua especificidade explicada pelo fato de que os documentos relativos a estes procedimentos eram anexados aos processos referentes a cada caso, sobretudo quando tais procedimentos eram executados massivamente.

Percebe-se, assim, que a base documental do acervo apresenta grande consistência, ainda que a sua grande extensão, aliada ao curto espaço de tempo em que tal documentação foi produzida ou processada - cerca de 6 anos - provavelmente possam ser apontadas como razões de uma série de situações específicas, seja em relação ao inventariamento da ampla coleção de processos, seja em relação à documentação de cada processo.

1.1. Inventariamento de processos

Dos 1379 processos levantados, 30 eram dedicados à construção de 2 prédios em uma mesma cidade, e 3 processos à construção de 3 prédios em uma mesma cidade. Na sistematização dos dados levantados no acervo, optou-se por considerar cada prédio isoladamente, ou seja, criar-se na planilha utilizada uma linha para cada prédio, repetindo-se o número e data dos processos. Resultou, daí, que o total de linhas saltou para 1400, sendo este o número total considerado nos estudos. O próprio Ipesp parece ter percebido a inconveniência de se reunir os prédios de uma cidade em um único processo, ao invés de se individualizar os processos por prédio, provavelmente pelo fato de documentos de duas ou três obras distintas se misturarem em um único processo, dificultando a compreensão de seu histórico. Os 33 processos referidos datam de 1957 e 1958, sendo que o último deles é de 24/09/58, data até a qual a prática perdura - mesmo que desde 17/05/58 24 prédios em 12 cidades são processados isoladamente, prática adotada exclusivamente a partir de então.

Os 1400 registros assim considerados, em realidade, resultam da convergência do levantamento feito *in loco* no acervo da CGI/ Ipesp com listagem intitulada "Relação de processos próprios" - "próprios" referindo-se às propriedades do Ipesp - encontrada ao acaso em uma gaveta do Arquivo Geral do Ipesp (fig. 01). O Ipesp afirmou não dispor de uma listagem de processos.

Dos registros compilados, 1186 foram simultaneamente localizados *in loco* e na listagem do Ipesp; sendo que 13 deles eram qualificados na listagem como "não está"; 77 registros foram levantados *in loco*, mas não constavam na listagem; 137 registros constavam apenas da listagem, não havendo sido localizados *in loco*, ainda que 28 deles

eram qualificados como "não está". Tem-se, assim, 1263 registros fisicamente localizados, 109 registros apenas listados na relação do Ipesp, e 28 registros apenas listados na relação e sem localização sabida pelo Ipesp. Este números consideram os exemplares anotados nos versos das páginas da listagem (fig. 01).

PM
ITABERA IP-5264/84 - OK

PM. ITANHAÉM
IP-7434/60 - OK -

PM ITABERA
IP-6361/58 OK -

Processos que não constam na relação
mas estão aqui

RELAÇÃO DE PROCESSOS PRÓPRIOS				
nº da prateleira	nº da Coluna	Cidade	nº do Processo	Observação
2	58	Itapuru	42712/60	OK -
2	58	Itapuã	39637/60	OK -
2	58	Itacimópolis	39253/59	OK -
2	58	Itacimópolis	24551/59	OK -
2	58	Itacimópolis 39252/59	39852/59	OK -
2	58	Itacimópolis	15164/57	OK -
2	59	Jarinu	28924/60	OK -
2	59	Jaú	2066/57	OK -
2	59	Jaú	31855/59	OK -
2	59	Jaú	6018/58	OK -
2	59	Jaú	37217/61	OK -
2	59	Jaú 2 Vol.	14898/57	OK -
2	59	Jales 2 Vol.	15474/57	OK -
2	59	Jacarei	54817/60	OK -
2	59	Jacarei	41006/61	OK -
2	59	Jacarei	44983/62	OK -
2	59	Jacarei	54815/60	OK -
2	59	Jacarei	83716/61	OK -
2	59	Jaborandi	67588/61	OK -
2	59	Jambuí	12111/58	OK -
2	59	Jardinópolis	45888/60	OK -
2	60	Jacupiranga	6759/57	OK +
2	60	Jacupiranga	8247/58	OK -
2	60	Jacupiranga	21774/60	OK -
2	60	Jacupiranga	56562/60	OK -
2	60	Jaguariuna	10509/58	OK -
2	60	Jaguariuna	27141/59	OK -
2	60	Jaguariuna	31903/59	OK -
2	60	Jaguariuna	26081/60	OK -
2	60	Jaguariuna	45515/59	OK -
2	60	Jaboticabal	15095/57	OK -
2	60	Jaboticabal	32276/59	OK -
2	60	Jaboticabal	7280/58	OK -
2	60	Jaboticabal	78818/60	OK -
2	60	Jaboticabal	4324/57	OK -
2	61	Joanópolis	29903/60	OK -
2	61	José Bonifácio	42776/59	OK -
2	61	José Bonifácio	1135/57	OK -

Fig. 01: Listagem de processos encontrada no Arquivo Geral do Ipesp (foto: Autor)

Deve-se notar que foi encontrada na listagem duas incongruências menores, ou seja, dois processos com igual número e ano, e cidades diferentes. O primeiro par referia-se a Guarulhos e Arujá, o que se explica por ter sido o último distrito do primeiro - foi levantado *in loco* o processo, dedicado a Arujá -; o segundo par de registros referia-se a Guararapes e Guaraçai, dois municípios distintos do oeste paulista, havendo sido levantado *in loco* processo dedicado a Guararapes. Finalmente, faltam duas páginas da listagem do Ipesp, não havendo registros relativos a cidades situadas alfabeticamente entre Paraguaçu Paulista e Pompéia, o que certamente 1) alteraria o número de registros

simultaneamente localizados *in loco* e na listagem do Ipesp; 2) alteraria o número de registros levantados apenas *in loco*; 3) alteraria o número de registros levantados apenas na listagem; 4) aumentaria o número de registros, sendo inviável, apenas com este material, o estabelecimento de um horizonte preciso de processos.

1.2. Tabulação de dados

Cada processo contém um conjunto documental que, num processo típico, apresenta-se em seqüência: capa com numeração, data, localização, tipologia e etapa de autorização; lei municipal autorizando a prefeitura local doar terreno e firmar contrato de empreitada com o Ipesp e transferir o contrato para firma registrada no instituto; escritura - normalmente, de doação - do terreno à prefeitura; carimbo do setor jurídico do Ipesp enviando ao setor de engenharia para vistoria; croquis de localização do terreno, relatório de vistoria, escritura de doação ao Ipesp e carimbo do setor jurídico enviando ao setor de engenharia para projeto; anotação referente à possibilidade de adaptação de projeto padrão e, em caso negativo (praxe a partir de fins de 1959) indicação pelo engenheiro chefe do arquiteto ao qual deveria ser encomendado o projeto; ordem de serviço ao arquiteto; orçamento da obra elaborado pelo setor de engenharia do Ipesp; solicitação de autorização para empenho e pagamento ao arquiteto, autorização do presidente, nota de empenho para pagamento ao empreiteiro, nota de empenho para pagamento ao arquiteto, recibo do arquiteto; contrato de empreitada; certificado de vistoria do Departamento de Saúde do Estado/ Divisão do Serviço do Interior; habite-se; ofício da prefeitura informando data de ocupação do prédio; cálculo do valor do aluguel pelo Ipesp; contrato de aluguel pelo Estado, novo cálculo de aluguel pelo Ipesp; laudo de avaliação da Comissão de Avaliação dos Próprios do Ipesp (datado normalmente de 1965 a 1966); formulário de correção do valor histórico (datado de 1969); compromisso de venda e compra (datado de 05/09/69). Acresce-se a estes, cálculos de reajuste, aditamentos de contrato e respectivas notas de empenho; solicitações de vistoria, relatórios de vistoria de cada etapa de execução, autorizações para pagamento e recibos emitidos pelo empreiteiro, fotografias de obras (ocasionalmente), além de ofícios solicitando prorrogações de prazo e outras demandas, e as cópias das respectivas respostas pelo Ipesp. Ofícios entre empreiteiros e Ipesp, solicitações de correção de defeitos construtivos posteriores à ocupação elaboradas por diretores de escolas e outras intercorrências podem ser também encontrados, assim como petições e outros documentos relativos a ações judiciais impetradas pelo Ipesp contra empreiteiros - sobretudo por causa de obras de impermeabilização de lajes. Tal rol de documentos varia conforme o prédio é executado segundo projeto padronizado ou o empreiteiro é contratado por concorrência pública, ou se o prédio é efetivamente vendido ao Estado, antes das avaliações de 1965 ou 1969.

No âmbito do projeto de pesquisa em andamento, os dados que são extraídos desta documentação são os seguintes: número do processo; data do processo; novo número e data de processo; programa de necessidades (grupo escolar, ginásio, fórum, casa de

lavoura, etc.) ; localização (município); localização no município (bairro ou distrito); autor do projeto arquitetônico, data da indicação do arquiteto e data da ordem de serviço ao arquiteto (quando se aplica); tipologia; projeto padronizado utilizado (quando se aplica) executor da obra; situação de propriedade atual do prédio; endereço, conforme pode ser visto em mais detalhes em Rodrigues (2010).

Dos 1263 processos levantados, 6 não se referem a prédios públicos, 83 não tiveram seus dados tabulados e 1174 tiveram até o momento seus dados tabulados, sendo este o universo de que resulta as considerações ainda provisórias deste trabalho.

2. Periodização

A fusão de uma abordagem baseada recorrentemente em regimes (República), organismos e comissões governamentais dedicados à construção escolar, mas efetivada a partir da experiência dos arquitetos privados, explica distorções como as correlacionam a atuação do Ipesp aos primeiros anos do FECE (1960-1974) (Artigas, 1970: 12), que vêem uma intensificação da atuação do instituto a partir de 1959 (Ferreira et al, 1998: 32), ou que identifica a produção de 1959 a 1962 ao Ipesp (Wisnik, 2006:59), ignorando ou pelo menos relegando a segundo plano a atuação deste instituto a partir de 1957, conforme já apontavam precocemente autores como Segawa (1986) e o próprio FECE (1963). A análise dos dados colhidos para todos os prédios públicos, entretanto, revela uma média de registros por ano parecida, para as gestões de Jânio Quadros (1955-1959) e Carvalho Pinto (1959-1963), conforme tabela abaixo:

Jânio Quadros		Carvalho Pinto			
1957	1958	1959	1960	1961	1962
180	202	173	332	234	40
15,5%	17,4%	14,9%	28,6%	20,2%	3,4%
191 registros/ano		194,75 registros/ano			

Fig. 02: Número de registros por ano, 1957 - 1962

Tem-se ainda 4 processos renumerados/"redatados", 4 registros de 1963 (2 deles datados de janeiro, último mês da gestão Carvalho pinto), 1 registro de 1966, outro de 1967 e 1 não datado. Surpreendentemente, dos registros posteriores a 1962, apenas dois de outubro de 1963 são construídos, os únicos casos da gestão Ademar de Barros, em que a produção de prédios públicos pelo Ipesp é interrompida.

2. Programas

O Ipesp construía prédios para educação, justiça, agricultura e saúde:

Programa de necessidades	Jânio Quadros		Carvalho Pinto			
	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Cadeia isolada	1 0,09%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Delegacia e cadeia	19 1,62%	20 1,70%	3 0,26%	6 0,51%	0 0,00%	0 0,00%
Posto policial	1 0,09%	3 0,26%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Residência do juiz de direito	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Fórum	36 3,07%	6 0,51%	5 0,43%	9 0,77%	8 0,68%	1 0,09%
Escolas isoladas	NT	NT	NT	NT	NT	NT
Escola pública	NT	NT	NT	NT	NT	NT
Grupo escolar	76 6,47%	54 4,60%	57 4,86%	82 6,98%	159 13,54%	22 1,87%
Ginásio	43 3,66%	44 3,75%	12 1,02%	8 0,68%	8 0,68%	4 0,34%
Ginásio e escola normal	1 0,09%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Colégio	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	2 0,17%	2 0,17%	0 0,00%
Colégio e escola normal	0 0,00%	0 0,00%	4 0,34%	2 0,17%	1 0,09%	0 0,00%
Colégio, escola normal e G.E.	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	1 0,09%	0 0,00%	0 0,00%
Instituto de educação	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	1 0,09%	0 0,00%	1 0,09%
Casa de lavoura	0 0,00%	0 0,00%	71 6,05%	146 12,44%	22 1,87%	2 0,17%
Escola de iniciação agrícola	2 0,17%	6 0,51%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Chefia de extensão agrícola	0 0,00%	0 0,00%	3 0,26%	5 0,43%	0 0,00%	0 0,00%
Delegacia regional agrícola	0 0,00%	0 0,00%	4 0,34%	14 1,19%	4 0,34%	1 0,09%
Posto de saúde	0 0,00%	60 5,11%	3 0,26%	1 0,09%	2 0,17%	1 0,09%
Posto de saúde e puericultura	0 0,00%	0 0,00%	2 0,17%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Posto de saúde e sanitário	0 0,00%	1 0,09%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Posto de puericultura	0 0,00%	5 0,43%	2 0,17%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Unidade sanitária	0 0,00%	3 0,26%	7 0,60%	55 4,68%	28 2,39%	7 0,60%

*Tem-se ainda 2 residências de juiz de direito (9163), 1 grupo escolar (1963), 1 unidade sanitária (1963), 1 fórum (1966), 1 grupo escolar (1967), 1 registro sem programa e sem data, 2 registros sem programa e 4 registros renumerados/"redatados". NT=Não tabulado

Fig. 03: Número de registros por ano e programa de necessidades, 1957 - 1962

A produção de prédios para justiça arrefece da gestão de Jânio Quadros para a de seu sucessor, sobretudo no que se refere a delegacias e cadeias. Aparentemente sem descuidar dos grupos escolares, o primeiro autoriza um número bastante superior de ginásios, ato criticado pelo FECE (1963) que o atribui o excesso de vagas no ensino secundário no interior e a falta de vagas na capital à precariedade de procedimentos adotados na expansão da rede, que baseavam-se no atendimento a demandas políticas isoladas. O Plano de Ação de Carvalho Pinto muda a política de construções escolares, priorizando o ensino primário visando extinguir as "classes de emergência" e outras soluções que faziam com que a demanda crescentemente acelerada de vagas fosse atendida, ao custo da queda da qualidade de ensino. Escolas isoladas em pequeno número (6 unidades em 1958) deixam de ser construídas a partir de 1959. Ainda que a média anual de grupos e ginásios seja menor em Carvalho Pinto, sua política inclui a instalação de escolas normais e institutos de educação visando a formação de professores, obras de maior porte que devem ser consideradas nesta contabilidade. Em Carvalho Pinto a política agrícola materializa-se em um inovador aparato de fomento com casas de lavoura, chefias de extensão e delegacias regionais agrícolas, em detrimento das escolas de iniciação agrícola implantadas por Jânio Quadros. As diferenças entre as políticas de saúde destes governadores não são tão claramente visíveis, devendo ser aferidas no conteúdo por trás de conceitos como "posto de saúde" e "unidade sanitária", este parecendo refletir uma abordagem mais ampla de saúde pública. As primeiras obras autorizadas por Jânio são fóruns a partir de 01/1957, seguidas quase que simultaneamente de prédios escolares; delegacias e cadeias passam a ser autorizadas em 11/1957, e o primeiro edifício dedicado à saúde data de 05/1958, sempre dividindo espaço com prédios escolares e fóruns, estes últimos arrefecendo a partir de então. Sob Carvalho Pinto, o Ipesp passa a primeira metade de 1959 abrindo processos de construção de grupos escolares, que passam a competir (08/1959) e mesmo perder espaço para os edifícios de fomento agrícola em 10/1959. Estes predominam até meados de 1960, quando se instala um quadro mais homogêneo, até que os prédios escolares voltem a predominar, durante todo o ano de 1961. Revelam-se aqui também conteúdos de política governamental, como a precoce atenção com a segurança pública de Jânio Quadros e a agressiva instalação do aparato de fomento logo no início da gestão Carvalho Pinto, ladeada pela contínua expansão do ensino primário.

3. Projetos e arquitetos

Os 1174 registros já tabulados correspondem a 321 prédios projetados por arquitetos da iniciativa privada, 13 casas de lavoura e uma delegacia construídas com "planta especial", 637 prédios construídos com projetos padronizados. Destes, 521 são projetos padronizados de lavra de arquitetos e engenheiros funcionários públicos (normalmente relegados a plano inferior) da DOP - Diretoria de Obras Públicas da Secretaria de Viação e Obras Públicas - e 116 têm nomes como "Adaptação de Salesópolis", que consistem em adaptações de projetos elaborados por arquitetos privados para o Ipesp:

Programa	Projeto padronizado	Quant.	Autor
ge	Adap. Salesópolis	22	João Xavier
ge	Adap. General Salgado	8	Hernani Russo
ge	Adap. Águas de São Pedro	6	Abelardo Reidy de Souza
ge	Adap. Guará	6	R.M. Arquitetos LTDA
ge	Adap. Americana	5	Hernani Russo
pos	Adap. Macaúbal	5	Paulo Eduardo Martins de Oliveira
ge	Adap. Sud Menucci	4	Eduardo Corona
pos	Adap. Bernardino de Campos	4	Janusz Wlodzimierz Wojdyslawski
ge	Adap. Jacareí	4	Majer Botkowski
ge	Adap. Suzano	4	Oswaldo Corrêa Gonçalves
ge	Adap. Franco da Rocha	3	Ariosto Mila e João Cacciola
ge	Adap. Piracicaba - Bairro Jaraguá	3	Dante Pereira Autuori
ge	Adap. Lucélia	3	João Clodomiro de Abreu
san	Adap. Muritinga do Sul	3	Paulo Renau Mamede
ge	Adap. Pirassununga	2	Dante de Souza Pereira Autuori
san	Adap. Candido Mota	2	Henrique Signore Sadocco
ge	Adap. Dracena - Dto.Jamaica	2	Hiroko Kawachi e Associados
ge	Adap. Pereira Barreto	2	João Xavier
san	Adap. Cachoeira Paulista	2	José Caetano de Mello Filho
ge	Adap. Campinas	2	Plínio Croce e Roberto Aflalo
san	Adap. Santa Isabel	2	Renato Luis Martins Nunes
ge	Adap. Bauru	2	Roberto Bratke
san	Adap. Agudos	2	Rubens Carneiro Vianna
ge	Adap. Pedregulho	1	Gastão Rachou
gin	Adap. Queluz	1	Hernani Russo
ge	Adap. São José do Rio Preto	1	Icaro de Castro Mello
ge	Adap. 1a Ilha de Sete Barras	1	João Clodomiro B. de Abreu
ge	Adap. Itapira - Dto. Barão de Ataliba Mogueira	1	Joaquim Guedes
san	Adap. Nova Granada	1	Joel Ramalho Junior
ge	Adap. Araçatuba (Vila Operária)	1	Majer Botkowski
ge	Adap. São João da Boa Vista	1	Mário Zocchio
ge	Adap. Artur Nogueira	1	Maurício Tuck Schneider
ge	Adap. Araçatuba (Água Limpa)	1	Nestor Lindenberg
ge	Adap. Araçatuba (Vila Paraíso)	1	Nestor Lindenberg
ge	Adap. Rio das Pedras	1	Plínio Croce e Roberto Aflalo
pos	Adap. Itanhaém	1	Rita Olmo
san	Adap. Flórida Paulista	1	RRM Arquitetos Ltda
ge	Adap. São Caetano do Sul	1	Rubens Carneiro Viana
ge	Adap. Gália	1	Ubyrajara Gilioli
gin	Adap. Indaiatuba	1	Verificar
san	Adap. Quatá	1	Verificar

Fig. 04: Adaptações de projeto pelo Ipesp

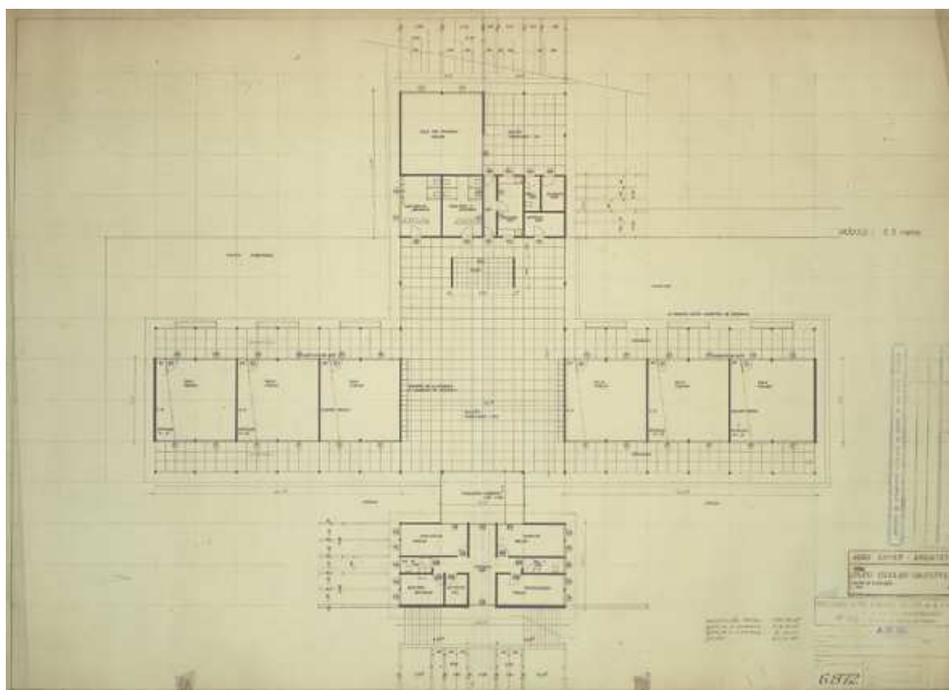


Fig. 05: João Xavier, GE de Vila dos Remédios, Salesópolis, planta baixa (Foto: autor)

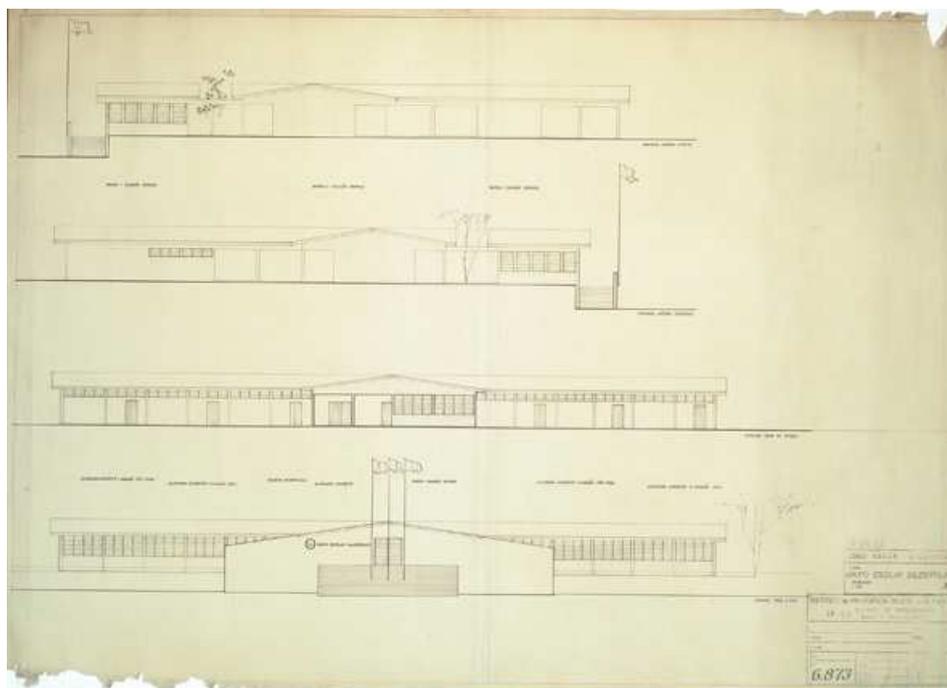


Fig. 06: João Xavier, GE de Vila dos Remédios, Salesópolis, fachadas (Foto: autor)

Os projetos arquitetônicos referentes aos prédios escolares foram levantados e registrados fotograficamente no Arquivo Técnico da FDE. A análise dos projetos relacionados na tabela acima revela tratarem-se de projetos que priorizam técnicas construtivas e disposições espaciais qualificadas por Wisnik como “um grupo de escolas feito com materiais e desenhos muito singelos” (Wisnik: 2006), ao lado de outras de “soluções de notável arrojo técnico” e “os projetos que se colocam em linha de continuidade com as escolas de Artigas”, ou ainda aquelas tesouras de madeira e alvenaria de tijolos, que Valentim (2003: 82) afirma terem sido depois substituídas por “protótipos do que a mais sofisticada técnica construtiva possibilitava realizar”.

Finalmente, a leitura da relação dos arquitetos que elaboram projetos de prédios para educação e justiça e daqueles que dedicam-se a prédios para saúde revela *grosso modo* uma divisão respectivamente entre personagens bastante conhecidos, ou ao menos familiares a um pesquisador da historiografia da arquitetura moderna paulista, e um rol que certamente conterà considerável número de novos inéditos na literatura sobre o tema.

4. Empreiteiros e propriedade

92 prédios cujo empreiteiro foi contratado diretamente com as firmas construtoras e profissionais, 76 não possuem informações de contratação, 378 contratados com a prefeitura sem informações de subempreitada; 66 casos em que não há contrato (terrenos não doados ou revertidos), 562 prédios contratados com a prefeitura local e subempreitados com as firmas e profissionais referidos acima.

Do universo de registros citado, 149 não continham informações sobre a situação de propriedade do prédio; 109 terrenos foram revertidos ao doador pelo fato dos prédios não terem sido construídos; 605 tiveram compromissos de venda e compra firmados com o Estado em 05/09/1969, não cumpridos (algumas, uma ou nenhuma parcela paga, conforme tabela recente encontrada em alguns processos); 1 terreno doado com anuência para a construção do prédio por outro organismo governamental; 1 prédio não compromissado; 2 prédios não executados, 1 prédio não executado, sem reversão de doação, 2 com contrato de empreitada rescindido; 45 casos em que os terrenos não chegam a ser doados; 203 prédios vendidos ao Estado. Destes, 104 são datados de 1957, 61 de 1958, 28 de 1959 e 8 de 1960, além de 2 exemplares "redatados" recentemente.

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro ao projeto de pesquisa de que resulta este trabalho (Edital MCT/CNPq 02/2009 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas/ Proc. 401576/2009-4).

Referências

- São Paulo (Estado). Secretaria da Educação. Fundo Estadual de Construções Escolares. *A execução do programa de construções escolares*. São Paulo: s. ed., 1963.
- Segawa, Hugo. "Arquiteturas escolares". *Projeto* n. 87, mai 1986, pp. 64-5.
- Valentin, Fabio Rago. *Casas para o ensino: as escolas de Vilanova Artigas*. 2003. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – São Paulo: FAUUSP, 2003.
- Wisnik, Guilherme. O programa escolar e a formação da “escola paulista”. In: Ferreira, Avany de Francisco; Mello, Mirella Geiger de (org). *Arquitetura escolar paulista: anos 1950 e 1960*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, pp. 59-66.
- Ferreira, Avany de Francisco; Corrêa, Maria Elizabeth Peirão; Mello, Mirela Geiger de. *Arquitetura escolar paulista: restauro*. São Paulo: FDE, 1998.
- Ferreira, Avany de Francisco; Mello, Mirella Geiger de (org). *Arquitetura escolar paulista: anos 1950 e 1960*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- Artigas, João Batista Vilanova. Sobre escolas... *Acrópole* n. 377, set. 1970, pp. 10-3.
- Rodrigues, Lorena Luiza Bengosi. A produção de prédios públicos pelo Ipesp, o planejamento e a infra-estruturação do território paulista 1957 - 1962: sistematização de dados documentais levantados no arquivo técnico da FDE e do arquivo da Comissão de Gestão de Imóveis do Ipesp. In: 11 Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2010, Vitória. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 11: *Anais*. Vitória: UFES, 2010.